

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS



CONCURSO PÚBLICO  
APLICAÇÃO: 2019  
NÍVEL SUPERIOR  
MANHÃ

### CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

#### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua **Folha de Respostas**. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas (**desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva**). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

#### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100  
www.cebraspe.org.br  
sac@cebraspe.org.br

 **Cebraspe**  
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação  
e Seleção e de Promoção de Eventos

**VOCÊ  
SABIA?**

O **Cebraspe** é o detentor exclusivo do **Método Cespe** de realização de avaliações, certificações e seleções. Esse método está em constante evolução, sendo desenvolvido e aperfeiçoado a partir de pesquisas acadêmicas, algoritmos, processos estatísticos e outras técnicas sofisticadas. Tudo isso para entregar resultados confiáveis, obtidos com inovação e alta qualidade técnica.

**O Cebraspe trabalha para oferecer o melhor!**

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- No(s) item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### LÍNGUA PORTUGUESA

#### Texto CB1A1-I

1 Em 1996, no artigo **Contratos inteligentes**, o  
criptógrafo Nick Szabo predizia que a Internet mudaria para  
sempre a natureza dos sistemas legais. A justiça do futuro,  
4 dizia, estaria baseada em uma tecnologia chamada contratos inteligentes.

Os contratos legais com que habitualmente trabalham  
os advogados estão escritos em linguagem frequentemente  
7 ambígua e sujeita a interpretações diversas. Um contrato  
inteligente é um acordo escrito em código de *software*, que,  
como linguagem de programação, é claro e objetivo.  
10 O contrato se executa de maneira automática quando se  
cumprem as condições acordadas. Ambas as partes podem ter  
certeza quase total de que o acordo se cumprirá tal como foi  
13 combinado. E tudo ocorre em uma rede descentralizada de  
computadores. Não há nada que as partes possam fazer para  
evitar o cumprimento do contrato.

16 Imaginemos que Alice compre um automóvel com um  
crédito bancário, mas deixe de pagar suas prestações. Uma  
manhã, introduz sua chave digital no veículo, e a porta não  
19 abre. Foi bloqueada por falta de cumprimento do contrato.  
Minutos depois, chega o funcionário do banco com outra chave  
digital. Abre a porta, liga o motor e parte com o veículo.  
22 O contrato inteligente bloqueou, de maneira automática, o uso  
do dispositivo digital por Alice, porque ela não cumpriu o  
contrato. O banco recupera o veículo, sem perder tempo com  
25 advogados.

Szabo propôs os contratos inteligentes nos anos 90 do  
século passado. Mas, durante muito tempo, a proposta ficou só  
28 na ideia. Até que, em 2014, um jovem russo-canadense de 19  
anos de idade, Vitalik Buterin, lançou a Ethereum, uma  
*legaltech* que mantém registro compartilhado com a rede  
31 *bitcoin*, mas tem linguagem de programação mais sofisticada  
que permite a gravação de contratos inteligentes. Os contratos  
inteligentes prometem automatizar muitas das ações que  
34 historicamente se fizeram por meio de sistemas legais, com  
redução de seus custos e aumento de sua velocidade e segurança.

Ainda que o segmento esteja em fase inicial, aos  
37 poucos vão surgindo mais *legaltechs* para aplicar contratos  
inteligentes em diferentes setores da economia. Um dos  
principais desafios está no ambiente regulatório — em  
40 particular, no reconhecimento legal desses contratos. “Hoje  
contamos com projetos de implementação de contratos  
inteligentes com validade legal, como OpenLaw, da ConsenSys  
43 (Estados Unidos da América – EUA), Accord Project (EUA e  
Reino Unido), Agrello (Estônia) e dezenas de pequenos  
empreendimentos pelo mundo”, afirma o advogado  
46 especializado em novas tecnologias Albi Rodriguez Jaramillo,  
cofundador da comunidade LegalBlock.

Um segundo desafio é desenvolver a infraestrutura  
49 necessária para que os contratos inteligentes possam ser  
executados. Isso inclui a criação de fechaduras inteligentes que  
respondam às ordens desses contratos. Elas farão a hipotética  
52 devedora Alice não conseguir abrir o carro por ter deixado de  
pagar as prestações. A empresa Slock.it desenvolve uma rede  
universal de compartilhamento (*universal sharing network*) na  
55 qual, espera-se, vão interagir carros, casas e outros ativos da  
economia compartilhada. Será uma peça fundamental para o  
desenvolvimento dos contratos inteligentes na nova economia.

Federico Ast. **Como faremos justiça?** – A chegada dos contratos inteligentes. In: **ÉPOCA**  
**negócios**. 9/12/2018. Internet: <<https://epocanegocios.globo.com>> (com adaptações).

Tendo como referência as ideias do texto CB1A1-I, julgue os itens a seguir.

- 1 Desde 1996, o criptógrafo Nick Szabo defende a ideia de que sistemas legais, sem alteração de sua essência, podem ser aperfeiçoados com recursos da tecnologia da informação.
- 2 Os contratos inteligentes diferem dos contratos legais clássicos, entre outras razões, por não utilizarem linguagem imprecisa.
- 3 A tecnologia abre possibilidades para que os contratos sejam cumpridos em função da ação rápida de advogados.
- 4 As soluções de aperfeiçoamento de contratos legais baseadas em tecnologia da informação tornam mais dispendioso o acompanhamento do cumprimento das cláusulas contratuais.
- 5 O texto indica dois desafios para a implantação dos contratos inteligentes: a falta de desenvolvimento de pesquisas na área da economia compartilhada e o ambiente regulatório do setor.
- 6 Infere-se do texto que Nick Szabo somente concretizou sua proposta de contratos inteligentes em 2014.
- 7 Conforme o último parágrafo do texto, ainda não há certeza de que carros, casas e outros ativos da economia compartilhada realmente vão interagir com a rede universal de compartilhamento desenvolvida pela Slock.it.

A respeito das propriedades linguísticas e dos sentidos do texto CB1A1-I, julgue os itens seguintes.

- 8 Embora o texto seja predominantemente dissertativo, seu terceiro parágrafo é essencialmente narrativo.
- 9 A correção gramatical do texto seria mantida se o vocábulo “porque” (ℓ.23) fosse substituído por **por que**.
- 10 O segmento “E tudo ocorre em uma rede descentralizada de computadores” (ℓ. 13 e 14) expressa conclusão no parágrafo em que aparece.
- 11 Infere-se das informações do terceiro parágrafo do texto que o segmento “Foi bloqueada” (ℓ.19) refere-se a “chave digital” (ℓ.18).

Ainda com relação às propriedades linguísticas e aos sentidos do texto CB1A1-I, julgue os seguintes itens.

- 12 A inserção do sinal indicativo de crase em “a interpretações” (ℓ.7) ocasionaria erro gramatical no texto.
- 13 A substituição da forma verbal “estaria” (ℓ.4) por **estava** não modificaria os sentidos originais do texto.
- 14 As vírgulas empregadas logo após as expressões “Uma manhã” (ℓ. 17 e 18) e “Minutos depois” (ℓ.20) justificam-se pela mesma regra de pontuação.

## GEOGRAFIA DO AMAZONAS

Considerando que Manaus é um grande polo industrial na região Norte do país, julgue o item a seguir, a respeito da Zona Franca de Manaus.

- 15 A implantação da Zona Franca de Manaus provocou o crescimento demográfico e a urbanização de Manaus, tendo a consequente geração de empregos em seu polo industrial atraído populações de dentro do estado e de fora dele.

Manaus é uma metrópole em plena Amazônia. Centro urbano que tem ganhado projeção nacional nas últimas décadas, a cidade exerce influência direta sobre municípios dentro e fora do estado.

Com relação à rede urbana de Manaus, julgue os itens seguintes.

- 16 A rede urbana de Manaus é uma das maiores do país em extensão territorial e influencia cidades nos estados do Amazonas e de Roraima.
- 17 Os municípios sob influência regional direta de Manaus caracterizam-se por densidades demográficas baixas e de grande extensão territorial.

As profundas mudanças estruturais que ocorreram na Amazônia a partir da segunda metade do século XX e que se justificavam por um projeto geopolítico de integração nacional, produziram diversas transformações sociais e ambientais na região, especificamente no estado do Amazonas.

A respeito desse assunto, julgue os próximos itens.

- 18 A Amazônia é considerada uma fronteira de recursos naturais em razão de fatores como biodiversidade, recursos minerais e hídricos e da existência de povos e comunidades tradicionais, sendo detentora da maior população indígena do Brasil.
- 19 Em razão da economia primária e da macrocefalia urbana de Manaus bem como da concentração de população nas áreas rurais, as demais cidades do Amazonas pouco contribuíram para o desenvolvimento do estado.

## LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL E DO PODER JUDICIÁRIO

Tendo como referência a legislação institucional e a legislação do Poder Judiciário do estado do Amazonas, julgue os itens a seguir.

- 20 Caso algum órgão do Poder Judiciário requirir o auxílio de força pública, caberá à autoridade a quem o pedido foi dirigido certificar o fundamento da requisição para tomar a decisão de prestá-lo ou não.
- 21 Se um servidor público do estado do Amazonas, que havia sido demitido, reingressar no serviço público por decisão judicial transitada em julgado, ocorrerá, nesse caso, a readmissão do funcionário, com ressarcimento de todos os direitos e as vantagens pecuniárias.
- 22 Caso um servidor efetivo do Poder Judiciário do estado do Amazonas tenha os títulos de mestre e doutor e outro servidor efetivo tenha apenas o título de doutor, ambos farão jus à gratificação adicional de qualificação, que, nesse caso, corresponde ao mesmo percentual, que incidirá sobre o vencimento básico de cada um deles.
- 23 Compete ao CNJ organizar programas que incentivem a autocomposição de litígios e a pacificação social por meio da conciliação e da mediação, de cuja implementação deverão participar todos os órgãos do Poder Judiciário, as entidades públicas e privadas parceiras, com possibilidade de inclusão, também, de universidades e instituições de ensino.
- 24 Caso vários adolescentes tenham de ingressar em unidade de internação e semiliberdade por ato infracional praticado em conjunto, o ingresso ocorrerá mediante a apresentação de guia de execução para cada adolescente, que será expedida pelo juiz do processo de conhecimento.

Ainda com base na legislação institucional e na legislação do Poder Judiciário do estado do Amazonas, julgue os itens seguintes.

- 25 O fomento à participação de magistrados e servidores na governança da instituição, de modo a favorecer a descentralização administrativa, é objeto da implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, conforme resolução do CNJ.
- 26 O plano de logística sustentável do Poder Judiciário, com ações, metas e prazos de execução, está vinculado ao planejamento operacional desse Poder.
- 27 Todo órgão do Poder Judiciário deve possuir, em seu quadro de pessoal, servidores, efetivos e(ou) terceirizados, capacitados para usar e interpretar a língua brasileira de sinais (LIBRAS).
- 28 De acordo com resolução do CNJ, todo mandado de prisão será expedido diretamente no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) e terá caráter aberto, de livre conhecimento.
- 29 É vedado a menor de dezoito anos de idade, não emancipado, alterar o nome social.

## ACESSIBILIDADE

Espaço livre

Julgue os itens a seguir, tendo como referência a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015).

- 30 Barreiras arquitetônicas é a designação dada às barreiras existentes em vias e espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
- 31 As instituições privadas de ensino, assim como as públicas, devem ofertar educação bilíngue em língua brasileira de sinais (LIBRAS) e língua portuguesa.
- 32 Eventual benefício decorrente de ação afirmativa não pode ser imposto a pessoa com deficiência: a ela cabe decidir sobre a fruição desse benefício.
- 33 Nos programas habitacionais públicos, pessoas com deficiência têm prioridade de aquisição de imóvel para moradia própria, com reserva de percentual mínimo legal de unidades para elas.
- 34 Os serviços socioassistenciais para pessoa com deficiência em situação de dependência incluem a prestação de cuidados básicos e instrumentais por cuidadores sociais.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROCESSO DIGITAL

Com relação a conceitos básicos de informática, julgue os itens que se seguem.

- 35 Um certificado digital validado por uma autoridade certificadora permite associar uma mensagem ao seu remetente, garantindo-se, assim, a autenticidade da comunicação.
- 36 As *intranets* utilizam tecnologias da Internet para viabilizar a comunicação entre os empregados de uma empresa, permitindo-lhes compartilhar informações e trabalhar de forma colaborativa.

Julgue os próximos itens, com base na Lei n.º 11.419/2006.

- 37 A referida lei está alinhada com os princípios de segurança da informação denominados disponibilidade, confidencialidade e integridade, na medida em que estabelece que os autos dos processos eletrônicos devem ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados.
- 38 Os autos de processos devem ser conservados exclusivamente em meio eletrônico, eliminando-se toda documentação impressa e, conseqüentemente, a necessidade de armazenamento físico.
- 39 Os órgãos do Poder Judiciário devem utilizar apenas redes internas (*intranets*) para acesso aos processos eletrônicos, por questões de sigilo e segurança.
- 40 Quando for inviável realizar citação, intimação ou notificação por meio eletrônico, deve-se obedecer às regras ordinárias aplicáveis aos documentos físicos, devendo-se digitalizá-los e posteriormente destruí-los.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### CONTABILIDADE GERAL

Com base no Pronunciamento Conceitual Básico (R1) — Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro — do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens seguintes.

- 41 Uma entidade que controla determinado recurso, mas que não detém a sua propriedade, não deve reconhecê-lo como ativo na contabilidade, pois, independentemente de qualquer condição, tal recurso não se enquadra na definição de ativo.
- 42 A forma legal é o elemento determinante para se concluir que uma obrigação se enquadra ou não na definição de passivo.

Considerando as regras do CPC válidas para a elaboração de demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

- 43 **Situação hipotética:** Uma entidade tem poder discricionário conferido por dispositivo contratual que lhe garante tomar decisões relacionadas à rolagem de dívidas sem depender da anuência de terceiros. Essa entidade pretende substituir no futuro uma obrigação recém-contratada, com vencimento em até doze meses após a data do balanço, por outra obrigação, com vencimento superior a doze meses após a data do balanço. **Assertiva:** Nessa situação, a entidade deve classificar a referida obrigação recém-contratada como passivo não circulante.
- 44 Uma das condições necessárias à qualificação de um item como equivalente de caixa é que esse item esteja sujeito a um risco insignificante de mudança de valor.
- 45 Receitas financeiras e receitas oriundas de aluguéis devem ser apresentadas na demonstração do valor adicionado (DVA) como valores adicionados recebidos em transferência.

Julgue os itens subsequentes, relativos a estoque, conforme as regras estabelecidas pelo CPC.

- 46 A identificação específica do custo é o critério de valoração de estoque a ser utilizado para a mensuração dos itens de estoque que não são normalmente intercambiáveis e para a atribuição de valor aos bens ou serviços produzidos e segregados para projetos específicos.
- 47 O fato de um item de estoque estar avaliado pelo seu valor realizável líquido no balanço patrimonial é indicativo de que o valor do investimento feito no referido item é plenamente recuperável por meio de sua venda ou de seu uso.

De acordo com a legislação societária e os padrões contábeis do CPC, julgue os itens seguintes, a respeito dos critérios de avaliação de ativos.

- 48 A utilização da abordagem de custo como técnica de avaliação do valor justo requer que o valor atribuído a um ativo corresponda ao valor necessário para substituir a capacidade de serviço do referido ativo na data da avaliação.
- 49 Para fins contábeis, a taxa de desconto a ser utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente de elementos patrimoniais decorrentes de operações de longo prazo deve refletir unicamente a taxa de juros livre de risco, mesmo que se possa estimar o prêmio por risco desses elementos de forma confiável.
- 50 O valor justo dos bens mantidos em almoxarifado equivale ao preço líquido de realização dos referidos ativos no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas aplicáveis à venda, além da margem de lucro.

Com relação à propriedade para investimento, julgue os itens que se seguem.

- 51 Um edifício de propriedade de uma empresa industrial que o mantém com o objetivo único de auferir aluguel não se enquadra no conceito de propriedade para investimento.
- 52 O reconhecimento contábil de uma propriedade adquirida para investimento é feito pelo seu custo, que compreende o preço de aquisição acrescido de outros dispêndios atribuíveis diretamente à transação.

Acerca de despesas antecipadas, julgue os próximos itens.

- 53 **Situação hipotética:** O pagamento à vista do prêmio de um seguro com vigência de três anos gerou um lançamento na conta de despesa antecipada. **Assertiva:** O valor dessa despesa deve ser registrado no ativo realizável a longo prazo do balanço patrimonial.
- 54 Despesas antecipadas representam o direito de receber bens ou serviços contratados de terceiros e pagos pelo adquirente previamente à execução do contrato pelo fornecedor do bem ou pelo executante do serviço.

A respeito da contabilidade de *hedge*, julgue os itens subsequentes.

- 55 Para fins de contabilização de *hedge*, é cabível designar como itens protegidos compromissos firmes e transações previstas altamente prováveis, desde que realizados com parte externa à entidade.
- 56 No caso do *hedge* de investimento líquido em operação no exterior, a parcela do ganho ou da perda no instrumento de *hedge* que for considerada inefetiva deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes.

Julgue os próximos itens, relativos a instrumentos financeiros.

- 57 Uma das condições necessárias para que um ativo financeiro seja mensurado ao custo amortizado é que esse ativo financeiro esteja inserido em um modelo de negócios que tenha por objetivo a manutenção de ativos financeiros em carteira, para receber os fluxos de caixa contratuais deles decorrentes.
- 58 A opção por designar, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado é uma decisão passível de revogação pela entidade optante quando o descasamento contábil que motivou tal designação deixar de existir.

Acerca da contabilização de investimentos em coligadas e controladas, julgue os itens seguintes.

- 59 Na aquisição de um investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial, o *goodwill* representa o ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura do investimento adquirido.
- 60 Ao adquirir um investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial, a entidade adquirente deve incluir o *goodwill* no valor contábil do investimento e amortizar o referido *goodwill* em prazo não superior a dez anos.

A empresa ABC S.A. figura como arrendatária em um contrato de arrendamento mercantil de um conjunto de máquinas pelo valor futuro de R\$ 1 milhão, com opção de compra ao final do contrato. Os pagamentos do contrato serão feitos mensalmente durante o prazo de 10 anos. As máquinas são de controle da ABC S.A. e foram confeccionadas conforme as solicitações dessa empresa, para que as atividades comerciais da arrendatária pudessem ser realizadas.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, de acordo com a legislação vigente.

- 61 Para o reconhecimento das máquinas como ativo da ABC S.A., é necessário que a empresa detenha a efetiva propriedade jurídica delas.
- 62 Os pagamentos das parcelas do contrato gerarão, na ABC S.A., lançamentos a débito no passivo de arrendamento e a crédito nas disponibilidades.
- 63 A ABC S.A. está isenta do reconhecimento de depreciação das máquinas arrendadas, por serem bens advindos de um contrato de arrendamento.
- 64 O reconhecimento inicial do arrendamento pela ABC S.A. gerará impacto nos seus indicadores de liquidez.

Acerca das contas e dos grupos patrimoniais de empresas comerciais, julgue os seguintes itens.

- 65 As patentes, além de serem amortizadas contabilmente, são sujeitas a redução de valor em decorrência da avaliação de seus valores de recuperação.
- 66 A conta de ajustes de avaliação patrimonial recebe lançamentos em contrapartida de variações nos ajustes a valor presente de itens do passivo não circulante.
- 67 O reconhecimento de provisões no passivo ocorre quando a entidade possui obrigações com terceiros classificadas como prováveis, possíveis ou remotas.
- 68 A conta de ações em tesouraria pertence ao grupo de investimentos, no ativo.
- 69 Uma obrigação de longo prazo com fornecedores registrada no passivo da entidade deve ser ajustada pelo seu valor presente.

Espaço livre

Com relação a operações que envolvem resultado do exercício e a métodos de custeio das entidades comerciais, julgue os itens que se seguem.

- 70 Vendas canceladas representam deduções da receita bruta.
- 71 As despesas operacionais são obtidas pela análise da demonstração dos fluxos de caixa.
- 72 Uma entidade que considera os custos variáveis na avaliação dos estoques e os custos fixos reconhecidos diretamente nos resultados aplica o método do custeio baseado em atividades.
- 73 **Situação hipotética:** Uma entidade comercial apresenta estoque inicial no valor de R\$ 1 mil, compras líquidas no período no valor de R\$ 500 e estoque final de R\$ 500.  
**Assertiva:** Nesse caso, o custo da mercadoria vendida por essa entidade comercial é de R\$ 1 mil.

A tabela a seguir mostra os saldos, em valores absolutos, de todas as contas que compõem o balanço patrimonial de determinada empresa comercial.

contas contábeis	saldo (R\$)
amortização acumulada	20
bancos	30
capital social	150
contas a pagar	10
contas a receber	30
depreciação acumulada	30
despesas antecipadas	10
encargos a transcorrer de financiamento de longo prazo	10
estoques	50
financiamento de longo prazo	60
fornecedores	30
impostos a recolher	10
máquinas e equipamentos	100
marcas e patentes	80
prejuízo acumulado	10
provisão para contingências	10

Tendo como referência a tabela mostrada, julgue os itens que se seguem, a respeito das contas patrimoniais e da análise econômico-financeira da referida empresa comercial.

- 74 O índice de liquidez seca é inferior a 1,0.
- 75 O total do ativo não circulante é igual a R\$ 130.
- 76 O valor do capital social é maior que o do patrimônio líquido.
- 77 O índice de endividamento geral apresenta valor inferior ao do índice de liquidez imediata.
- 78 O valor presente líquido do financiamento é igual a R\$ 50.
- 79 O saldo líquido do financiamento é menor que o valor das disponibilidades.
- 80 O valor do patrimônio líquido é maior que o valor do ativo não circulante.

## CONTABILIDADE PÚBLICA

De acordo com as normas vigentes de contabilidade pública, julgue os itens a seguir, a respeito do alcance, do campo de aplicação e das características da informação.

- 81 Caso a única receita de um conselho federal profissional seja oriunda das contribuições dos profissionais registrados, as normas de contabilidade pública devem ser aplicadas aos registros desse conselho.
- 82 A identificação de registro significativamente errado do valor de 1% dos estoques de um ente público da administração direta constitui informação contábil a ser considerada útil, desde que completa, neutra e livre de erro material.
- 83 Independentemente de sua personalidade jurídica, toda entidade que emprega recursos públicos deve elaborar relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público.

Acerca do sistema de custos aplicado ao setor público, julgue os itens subsequentes.

- 84 As informações de custos previstas em grupos específicos do plano de contas aplicado ao setor público têm como atributo a granularidade, que está associada à produção de informações em diferentes níveis de detalhamento.
- 85 Em razão do seu estágio atual de maturidade, a União deve aplicar, obrigatoriamente, o subsistema de informações de custos; para estados e municípios, a aplicação desse subsistema é facultativa.

Espaço livre

Os eventos mostrados na tabela a seguir, em que os valores são expressos em R\$ mil, ocorreram em determinado estado da Federação, no exercício de 20X9. Nesse sentido, considere que as siglas IPVA e ICMS referem-se, respectivamente a imposto sobre a propriedade de veículos automotores e imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

itens	valores
pagamento de mobiliário entregue em 20X8	2.400
lançamento do IPVA do exercício	1.900
receita de aluguéis prevista na lei orçamentária anual (LOA)	800
empenho para aquisição de imóveis	1.100
recebimento de empréstimos concedidos	2.900
arrecadação de ICMS do período	1.300
liquidação da dívida interna	1.200
pagamento de salários do exercício	1.700
recebimento de <i>royalties</i>	1.700
liquidação de serviço de limpeza	1.800
pagamento de operações de crédito por antecipação orçamentária	600
recolhimento, à conta única do Tesouro, de taxa de bombeiro recebida na rede bancária	500
alienação de veículos usados	700
empenho referente à concessão de empréstimos	500
recebimento de depósitos em garantia	700

Com relação às informações apresentadas, julgue os seguintes itens.

- 86** O montante da receita orçamentária corrente foi inferior a R\$ 3.600.000.
- 87** O total da despesa realizada sob a ótica orçamentária foi inferior a R\$ 6.500.000.
- 88** O montante da despesa orçamentária de capital foi superior a R\$ 3.000.000.
- 89** O montante da receita extraorçamentária foi superior a R\$ 1.000.000.
- 90** Sob a ótica patrimonial, o tratamento a ser dado ao evento “lançamento do IPVA do exercício” deve ser o reconhecimento da receita.

Tendo como referência os normativos e a legislação vigente, julgue os itens que se seguem, acerca da mensuração de ativos e passivos na contabilidade pública.

- 91** O reconhecimento de uma catedral considerada monumento histórico como ativo não é obrigatório, entretanto, a entidade pública responsável que o fizer deverá submeter esse bem a teste de valor recuperável, nas condições previstas nos normativos correspondentes.
- 92** Ente público da administração direta que figure como réu em ação trabalhista com grande probabilidade de ganho do autor da ação deverá reconhecer um passivo contingente correspondente a esse evento, ainda que incerto o valor final da causa.

Em 1.º/7/20X9, um servidor público federal da administração direta foi designado, pela primeira vez em sua carreira, como suprido em regime de adiantamento com depósito em conta-corrente no valor total de R\$ 2.800, com prazo de aplicação de trinta dias, para gastos de pequeno vulto com serviços de terceiros, pessoas jurídicas.

Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens, relativos a suprimento de fundos e à Conta Única do Tesouro Nacional.

- 93** Uma vez que a modalidade do suprimento de fundos foi depósito em conta-corrente, o suprido deve comparecer em uma agência do Banco do Brasil, munido de declaração própria, para realizar o saque diretamente da Conta Única do Tesouro Nacional.
- 94** Caso o servidor tenha aplicado, em 6/7/20X9, parte do suprimento de fundos para o pagamento de nota fiscal no valor de R\$ 910 a empresa que lhe tenha prestado serviço de conserto emergencial da rede de computadores do órgão onde ele trabalha, esse servidor terá agido dentro dos limites da lei, desde que a prestação de contas não ultrapasse trinta dias da data de aplicação do suprimento.

Espaço livre

O quadro a seguir mostra ingressos e dispêndios de recursos de determinado ente público, referentes a eventos ocorridos no exercício de 20X9.

Espaço livre

<b>ingressos</b>	<b>valor (em R\$)</b>	<b>dispêndios</b>	<b>valor (em R\$)</b>
dívida ativa tributária	600	juros da dívida	400
alienação de bens	1.500	devolução de depósitos dados em garantia	700
cauções	900	pagamento de restos a pagar	900
operações de crédito	1.200	amortização da dívida	1.400
aluguéis	2.100	despesas de exercícios anteriores: plano de saúde de servidores	600
retenções sobre a folha de pagamento	300	construção de imóveis	2.800
impostos e taxas	2.600	contratos terceirizados: limpeza e vigilância	1.300
concessões públicas	800	salários e encargos	1.900

Além de não ter havido inscrição de restos a pagar no exercício nem outras despesas empenhadas, ocorreram ainda os seguintes eventos.

<b>itens</b>	<b>valor (em R\$)</b>
reconhecimento de dívidas	3.100
depreciação do período	2.000
dação de imóvel em pagamento da dívida ativa	2.900
redução de valor recuperável do imobilizado no período	800
veículos recebidos em doação	1.200

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, acerca de aspectos contábeis a ela relacionados.

- 95** O valor das variações patrimoniais aumentativas foi inferior a R\$ 7.000.
- 96** O saldo do ativo não circulante no balanço patrimonial de 20X9 aumentou em relação ao exercício de 20X8.
- 97** O resultado patrimonial do período foi superavitário.
- 98** O balanço orçamentário de 20X9 apresenta resultado orçamentário superavitário.

No que se refere às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens a seguir.

- 99** A elaboração da demonstração de fluxos de caixa é facultativa para o estado do Amazonas, haja vista a ausência de suporte especificamente para esse relatório no âmbito do Sistema de Administração Financeira Integrada do Estado do Amazonas.
- 100** É possível apurar no balanço financeiro o superávit financeiro para fins de identificação de fonte de abertura de créditos adicionais.

## ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO

A respeito de planejamento governamental, julgue os itens a seguir.

- 101** Tanto no orçamento de desempenho quanto no orçamento-programa, a classificação da despesa é feita de acordo com o objetivo final do gasto.
- 102** Ente da Federação que arrecadar tributos pertencentes a outro ente deverá incluir o produto integral da receita em seu próprio orçamento, em respeito ao princípio da universalidade.
- 103** A lei de diretrizes orçamentárias deve obedecer unicamente ao plano plurianual aprovado no mandato do presidente da República que estiver em exercício.
- 104** Os órgãos setoriais de planejamento e de orçamento dos Poderes Legislativo e Judiciário se submetem a orientação normativa do órgão central de planejamento do Poder Executivo.
- 105** No âmbito do plano plurianual, meta corresponde ao atributo do programa que declara os meios capazes de viabilizar os objetivos estabelecidos, o pacto entre entes federados e a integração de políticas públicas.
- 106** Além de conter a relação das metas e das prioridades da administração pública federal, a lei de diretrizes orçamentárias também deve avaliar o cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

A respeito de características básicas do orçamento federal, julgue os itens que se seguem.

- 107** A reserva de contingência consignada na lei orçamentária anual destina-se exclusivamente ao atendimento de passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- 108** A programação qualitativa abrange todos os tipos de classificação da despesa pública.
- 109** A complementação de determinada dotação orçamentária que não tenha caráter urgente deve ser feita por meio de crédito suplementar, mas também é permitido autorizá-la por medida provisória.
- 110** Se verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário, ficará vedada a limitação de empenho de diferentes dotações orçamentárias em percentuais distintos.
- 111** É permitido que os recursos correspondentes a determinada emenda supressiva da despesa aprovada pelo Congresso Nacional sejam utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos suplementares e especiais.

Acerca de aspectos técnicos da receita e da despesa públicas, julgue os itens subsecutivos.

- 112** O lançamento da receita ocorre especificamente quando determinado crédito tributário vencido é inscrito na dívida ativa do poder público.
- 113** O pagamento de serviços facultativos que a administração pública coloca à disposição da população de forma direta ou por delegação é feito por meio de taxas.
- 114** A inscrição de crédito na dívida ativa da União configura fato contábil permutativo.
- 115** Despesas contratuais de longo prazo e outras sujeitas a parcelamento devem ser realizadas mediante a emissão de empenho por estimativa.
- 116** Determinadas parcelas da dívida fundada podem integrar o passivo financeiro, enquanto outras integram o passivo permanente.
- 117** No momento da concessão de determinado suprimento de fundos ao servidor responsável, deve-se debitar a conta caixa e equivalentes em moeda nacional e creditar a conta adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros.

À luz das normas legais pertinentes ao orçamento, julgue os próximos itens.

- 118** Alterações da alíquota de impostos das quais resulte redução da receita pública submetem-se às regras de comprovação da neutralidade da medida no que se refere às metas fiscais, independentemente da natureza do imposto.
- 119** Do ponto de vista orçamentário, deve-se adotar o regime misto de contabilização tanto das receitas quanto das despesas.
- 120** As transferências voluntárias previstas no orçamento da União para o pagamento de ações e serviços públicos de saúde devem ser mantidas ainda que o ente beneficiário tenha deixado de cumprir os limites constitucionais relativos à aplicação de recursos na saúde.

Espaço livre